



Pró-Reitoria de Graduação
Curso de Letras Português
Trabalho de Conclusão de Curso

SUFIXOS –ISMO E -(I)DADE: SEMÂNTICA E PRODUTIVIDADE

Autor: Stefanne Emily Sousa Araujo
Orientador Prof. MSc.: Rosângela de Nazareth Sousa Costa

BRASÍLIA - DF

2012

STEFANNE EMILY SOUSA ARAUJO

**SUFIOS –ISMO E -(I)DADE: SEMÂNTICA E
PRODUTIVIDADE**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Letras da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras Português.

Orientador: Prof. MSc.: Rosângela de Nazareth Sousa Costa

BRASÍLIA-DF

2012



Monografia de autoria de Stefanne Emily Sousa Araujo, intitulada “Sufixos –ismo e –(i)dade: semântica e produtividade”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Letras Português da Universidade Católica de Brasília, em 29 de novembro de 2012, defendida e aprovada pela banca a baixo assinada:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Msc. Rosângela de Nazareth Sousa Costa
Orientador
Letras Português - UCB

Prof. Msc. Deise Ferrarini
Letras Português - UCB

Prof. Dr. Mauricio Lemos Izolan
Letras Português - UCB

BRASÍLIA-DF

2012

Dedico este trabalho à Elânia e ao
Geraldo Araújo, meus amados pais. E
ao meu grande amigo e amor, Jesus
Cristo.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível:

Ao meu eterno amor, Deus, por ter me oferecido a oportunidade de viver e passar por todos os caminhos, bons e ruins, para chegar até aqui.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio e carinho oferecidos em todo momento da minha vida e principalmente no decorrer de todo o curso.

Aos meus amigos por compreenderem minha ausência ao longo deste semestre.

À professora orientadora, Rosângela de Nazareth, pelo incentivo, atenção e disposição dispensados para a realização deste trabalho.

A todos que acreditaram que eu chegaria até aqui.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. (BAKTHIN, 1997, p. 41)

RESUMO

ARAUJO, Stefanne Emily Sousa. Sufixos –ismo e –(i)dade: semântica e produtividade. 2012. 37p. Monografia (Letras) - Universidade Católica de Brasília, Taguatinga-DF.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), respaldado pelas regras que regem o processo de formação de palavras, aborda as questões semânticas e produtivas dos sufixos –ismo e –(i)dade, bem como de alguns vocábulos formados a partir deles. Ressaltamos, ainda, o papel de relevância do sujeito frente a esses processos. Para tanto, analisaram-se esses aspectos sob a perspectiva de lexicalistas, gramáticos normativos e lexicógrafos. E concluiu-se que todo o processo de criação vocabular é resultante da solicitação do sujeito, que está intrinsecamente ligado aos processos de interação e reivindicação social.

Palavras-chave: Formação de Palavras; Derivação Sufixal; Sufixos -ismo e –(i)dade; Semântica; Sujeito.

ABSTRACT

This Course Completion Assignment, supported by the rules that govern the processes of word formation, addresses the semantic and productive questions about the suffixes *-ismo* and *-(i)dade*, as well as some of the words that derive from them. The relevant role that the subject has when compared to these processes are also highlighted. So, in order to achieve the goals, these aspects were analyzed from the point of view of lexicalists, normative grammarians and lexicographers. And it is shown as a conclusion that the entire process of word formation results from a demand from the subject, which is intrinsically connected to the processes of interaction and social pretension.

Keywords: word formation; suffix derivation; *-ismo* and *-(i)dade* suffixes; semantics; subject.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. SOBRE A FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	11
2. 1. Classe de palavras e produtividade.....	13
2.2. Explicação histórica acerca da língua latina.....	15
2.2.1. A diacronia dos sufixos -ismo e -(i)dade	16
2.3. Os sufixos nas gramáticas normativas	18
3. O SUJEITO E O SIGNO	21
3.1. Preconceito institucionalizado.....	23
4. ANÁLISE SEMÂNTICA DO PRODUTO.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6. REFERÊNCIAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

As atuais discussões em torno da significação e da então substituição do sufixo -ismo por -(i)dade nos termos homossexualismo e homossexualidade, despertou-me o interesse e a curiosidade em pesquisar o processo de constituição histórica e semântica desses sufixos, com o intuito de compreender como se produziu e produz sentido para esses e outros termos formados a partir desses sufixos, além de considerar as implicações resultantes da junção desses sufixos a algumas palavras base, como a mudança de classe da palavra, o acréscimo semântico e a produtividade. No processo de constituição ou reformulação das palavras, há que se avaliar a proeminência do sujeito diante dos aspectos sociais e ideológicos que podem implicar na reconfiguração dos termos, já que os valores semânticos conferidos as palavras e aos seus elementos constituintes estão diretamente ligados às ideologias dos grupos sociais que se apropriam e conferem a elas significação. Assim, à medida que esses grupos mudam a sua forma de pensar e ver o mundo que os cercam, são criados novos vocábulos ou acrescentados outros valores aos termos já existentes.

Para tanto será feita uma análise semântica dos sufixos “ismo” e “(i)dade” com o intuito de melhor compreender o processo de construção da significação, o que possibilita a análise de alguns vocábulos formados a partir desses sufixos e a discussão, por exemplo, da mudança do termo homossexualismo para homossexualidade. A apreensão das regras que governam a organização do processo de formação de palavras se dá a partir do próprio objeto de análise, neste caso, dos sufixos. Os pressupostos teóricos são os de Basílio (1987); Rocha (1998); Gnerre (1991); Ilari (1994); Cunha & Cintra (1985); Cegalla (1976); Ali (1964); Câmara Jr. (1985); Pinto (1832); Ferreira (2009) e Bakhtin (1997).

O método que seguimos é naturalmente o de análise histórica e o de revisão bibliográfica sobre o tema, pois, partindo da forma original dos sufixos, examinaremos a sua semântica primitiva e se sua semântica atual corresponde à antiga, e, caso não corresponda, qual a sua nova função.

Divide-se este trabalho em introdução, onde é apresentada a justificativa, o objetivo geral e os específicos, além da metodologia e dos pressupostos teóricos; o capítulo I trata da formação de palavras, derivação e semântica. No capítulo II, falamos sobre o sujeito e o signo. No capítulo III, analisamos alguns termos formados a partir dos sufixos –ismo e -(i)dade. Este último será seguido pelas considerações finais.

2. SOBRE A FORMAÇÃO DE PALAVRAS

O português, como qualquer língua ativa, possui meios gramaticais para expandir e renovar o seu léxico. É importante ressaltar que a formação de palavras está ligada à necessidade que o falante tem de criar novos vocábulos na língua ou atribuir novos sentidos aos já existentes. Segundo Basílio (1987), dispomos de um acervo básico no léxico que nos possibilita criar novas palavras a partir de vocábulos já existentes, do contrário, seria um grande complicador para nossa memória arquivar e apreender palavras totalmente distintas, que atendessem a todas as nossas necessidades comunicativas, de nos ajustarmos a situações diversas e nos expressarmos com clareza. A derivação e a composição são processos de formação de palavras herdados do latim:

A derivação, que era um mecanismo um tanto discreto em latim clássico, se desenvolveu enormemente em latim vulgar. Ampliou-se a utilização dos sufixos que já funcionavam, outros foram remodelados, e novos se introduziram por combinações, dentro da língua, ou por empréstimo a outra língua, como especialmente ao grego[...] (CÂMARA Jr., 1985, p. 214)

Sendo resultado da agregação significativa e formal entre duas palavras, a composição deriva uma palavra nova, em que se unem os sentidos das que a constituem. Já na derivação formam-se novos vocábulos a partir da junção de um afixo (prefixo ou sufixo) à base da palavra e conserva-se a significação básica da palavra de que provem e pode acrescentar um sentido novo, específico ou redefinir a função categorial. Dentre esses processos de formação lexical, nos atentaremos à derivação sufixal e às regras de formação de palavras – RFPs, a que ela se sujeita. A inserção de um sufixo à base da palavra tem por finalidade criar um vocábulo semântica e/ou morfologicamente distinto do primeiro, assim sendo, pode ou não ocorrer mudança categorial, embora a nova palavra mantenha proximidade de significado com a palavra base. A produtividade vocabular está ligada à possibilidade de formação, criação, sob o ponto de vista da RFP's, de novos vocábulos, assim sendo, a produtividade dos sufixos está ligada ao fato de que “dadas palavras derivadas passam a servir de modelo para a estruturação de novas palavras, fornecendo no seu elemento final um meio permanente na língua para

novas derivações.” (CÂMARA Jr., 1985, p. 216). A questão da produtividade, também pode estar condicionada à abrangência generalista do termo:

[...] a negação, o grau, a designação de indivíduos ou entidades abstratas são noções bastante comuns e de grande generalidade; conseqüentemente, esperamos que processos que incluam tais noções em sua função sejam altamente produtivos. (BASILIO, 1987, p. 29).

Com relação à permanência de uma criação vocabular, Rocha (1998) fala de (a) Formação Esporádica, criação de palavras incomuns que, embora sigam as RFP's da língua, pode ser ou não institucionalizadas e de (b) Formação Institucionalizada que são formações familiares, comuns à comunidade linguística, em que a institucionalização das palavras formadas dependerá da aceitabilidade da comunidade linguística, o que está condicionado, dentre outras coisas, ao meio de propagação do novo termo. Um exemplo de (a) que tem sido disseminado pela mídia e se tornado (b) é o termo *abortamento*, criado segundo as RFP's seguinte:

[abortar] v -> [[abortar] v -mento] s

Quanto à circulação e propagação de sentidos, as regras linguísticas, os dicionários e as gramáticas exercem grande influência na institucionalização de ideias, pensamentos, já que têm o poder de estabelecerem, de forma “acomodada”, um saber, por muitos, irrefutável, embora seja numa percepção geral e superficial. Segundo Basílio (1987), as gramáticas normativas procuram dar conta apenas das características das formas já construídas e, por um longo período, a apreciação gramatical analisou a palavra como a unidade menor, como uma estrutura indivisível, embora tivesse diferenças na apresentação mórfica. Quanto à elaboração do dicionário “consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura e etc.” (NUNES, 2006, p.24). Por tal razão, devemos levar em conta a incompletude desses meios de elaboração, injunção e expansão do conhecimento linguístico, embora sirvam de “depósito” do saber linguístico e sejam reflexo de determinada conjuntura. Gnerre afirma que esses são elementos privilegiados nesta linha direta de poder irrestrito:

Gramáticas e dicionários podem ser, como no caso de várias línguas europeias, produzidos por academias nacionais de letras ou da língua. Tais academias podem ter tido ou manter até o presente uma complexa função de intermediárias entre o

poder político e econômico, de um lado, e o conjunto de valores e ideologias a serem associados ou já associados com a língua. (GNERRE, 1994, p. 20)

A semântica atribuída aos vocábulos está diretamente ligada às necessidades de comunicação e expressão do falante e, em decorrência disso, reflete as ideologias e os valores agregados e modificados pelo fator tempo. Dessa forma, os termos que antes retratavam, bem, determinada conjuntura, podem não ter mais tanto sentido no atual momento histórico. Da mesma forma ocorre nas relações, nos atos comunicativos mais simples do dia-a-dia. Assim, se o falante mudar suas concepções de mundo, a língua vai acompanhá-lo, de forma a ser, por ele, “reajustada”. Para Ilari (1992, p. 127), “a mudança de significado pode ser determinada por necessidades de denominação, correspondentes ao aparecimento numa cultura de objetos, técnicas ou noções novas.”. Não podemos negligenciar o potencial significativo da palavra, que tem o poder de “preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.”. (BAKHTIN, 1997, p. 36). De tal modo que, para compreendermos melhor as significações atribuídas aos vocábulos, devemos levar em consideração cada uma dessas questões.

2.1. Classe de palavras e produtividade

Uma das implicações da formação de palavras é a mudança de classe, sendo a função categorial decorrente de exigências do próprio sistema linguístico. A necessidade de transportar uma palavra de uma classe para outra tem o intuito de atender a uma exigência funcional, como, por exemplo, a de usar um adjetivo como substantivo ou vice-versa. O prefixo é um exemplo de afixo que nunca muda a classe da palavra a que se une, de forma que seu objetivo principal é apresentar uma significação nova e específica, à base da palavra a que se agrega. No que se refere às classes de palavras, Basílio ressalta que:

“A questão da definição de classes de palavras é bastante complexa, quer em relação aos critérios, quer em relação ao fato de que a adequação de definições de classes varia de língua para língua.” (BASÍLIO, 1987, p. 29).

Segundo a autora, o critério semântico é imprescindível para a definição das classes produtivas no léxico, mas não é suficiente, já que “[...] ações podem ser

expressas por nomes e verbos, qualidades são designadas por substantivos e adjetivos. e assim por diante.” (BASÍLIO, 1987, p. 52). Embora o critério morfológico se demonstre eficaz em relação a classes como verbo e advérbio, a definição morfológica do substantivo não é caracterizado adequadamente frente a classe dos adjetivos. “Outra possibilidade de caracterização é a oposição de núcleo frente a determinantes, como artigos, demonstrativos e possessivos, ou modificadores, como adjetivos e sintagmas precisionados.” (BASÍLIO, 1987, 53), ou seja, o critério sintático. Assim, quanto à complexidade que norteia a definição de classes de palavras, devemos considerar a inter-relação dos critérios semânticos, morfológicos e sintáticos. E por haver disparidades no que concerne à função categorial, ao analisarmos a mudança de classe, em um processo prático de formação lexical, surgirá um, dentre esses critérios, com papel de destaque que possibilitará estabelecer relação com os demais.

A produtividade se assenta na possibilidade que o falante tem de formar novas palavras e na “medida do potencial que uma regra tem de operar sobre bases específicas para produzir construções morfológicamente possíveis” (BASÍLIO, 1990, p.3, apud, Rocha, 1998, p. 85). Nesse sentido, temos como característica resultante do processo de derivação, o produto que advém de uma base. Segundo Rocha (1998), a ideia que se tem de base e produto está relacionada à percepção que o falante tem de palavra primitiva e palavra derivada. A base é considerada livre, se por si só for uma palavra da língua com significação independente; com características opostas a essas, temos o conceito de base presa. Assim sendo, a base livre está ligada àquilo que o falante percebe da palavra sincronicamente, isto é, ele não consegue seguí-la em radical e afixo, portanto, o conceito de base livre está ligado aos estudos sincrônicos. Segundo Rocha (1998, p. 157) palavras como; sílaba, adorar, evangelho, etc., serão “avaliadas” como primitivas ou puras, pelo falante comum, tendo assim, por ponto de vista a avaliação sincrônica, mas se considerarmos esses termos do ponto de vista diacrônico, perceberemos que todos eles são formados por derivação prefixal.

Segundo Rocha (1998), a significação e função (S/F) do sufixo está atrelada à base, de forma que devemos falar na S/F do produto e não do sufixo, Sendo assim, “florista é a pessoa que vende flores, não é o –ista que vende flores; jogador é a pessoa que joga, mas não é o -dor que joga [...]” (ROCHA, 1998, p. 108). Embora o autor considere que o sufixo não apresenta S/F própria e independente da base,

não podemos deixar de considerar que os sufixos supracitados, ainda que não tenham função isoladamente, adicionam sentido específico aos vocábulos a que se acoplam.

2.2. Explicação histórica acerca da língua latina

A relação com outros povos nas conquistas territoriais romanas foram contribuições importantes para sua cultura. A língua latina, por exemplo, foi sendo espalhada por vários cantos do mundo como língua oficial e sofrendo alterações, transformando-se no que se denominou chamar de latim vulgar, em oposição ao então, latim clássico ou literário. Segundo Ilari (1992, p. 58) “O latim vulgar aparece então como a língua que as várias camadas da população romana (inclusive a aristocracia) falaram e escreveram em situações informais”, refutando a afirmação recorrente de que o latim vulgar se restringia ao falar dos iletrados do Império Romano. Desse modo, o latim vulgar como toda língua, possuía marcas de variação sociolinguística, o que não fez dessa língua exclusividade dos falantes sem instrução. Em contrapartida, o latim literário representava o ideal linguístico, uma expressão da língua latina presente na obra de autores consagrados, e imposto como língua gramatical.

Alguns dos motivos para compreender as mudanças ocorridas na língua latina foram, sem dúvida, os contínuos avanços do latim para as regiões conquistadas, as grandes distâncias geográficas, o nível cultural dos falantes e a influência estrangeira no processo de aquisição da língua. No auge de Roma, a Grécia estava bem à frente na produção literária e filosófica, assim, Roma passou a buscar na cultura grega as formas de apreender religião, literatura, alfabeto e costumes.

Os romanos não eram um povo de artistas como os gregos; nada existiu entre eles de uma cultura do espírito, nada de filosofia e de literatura; eram eles um povo político por excelência.” (BUNSE,1943, p. 50 apud Gianastacio, 2009, p. 30)

Por tais razões, culturalmente, o povo grego foi o que maior influência exerceu sobre Roma, de forma que “Quatro séculos de ocupação não bastaram para impor o latim como língua falada na Grécia e no Mediterrâneo oriental”. (ILARI, 1992, P. 51). Contudo, não podemos menosprezar a influência tanto do latim como do

grego na formação do acervo lexical da língua portuguesa, já que na formação de palavras, faz-se uso, por meio do processo de derivação, de radicais, prefixos e sufixos latinos e gregos. De acordo com Ilari (1992) “Da mesma forma que em latim clássico, o processo de criação vocabular mais produtivo em latim vulgar parece ter sido a sufixação”. Como forma de reconhecimento e valorização da língua, a gramática das línguas românicas foi instituída como um dos instrumentos de legitimação do poder de uma variedade linguística sobre as outras, desenvolveu-se toda uma perspectiva ideológica visando a justificá-la:

O valor do instrumento da linguagem era claramente apreciado no século XVI e a construção de aparato mítico-ideológico em torno das línguas de “cultura” foi um empenho sério dos letrados e humanistas. [...] a história da tradição gramatical e filológica portuguesa entre o século XVI e a idade pombalina, escreveu que este período da nossa filologia pode caracterizar-se pelo seguinte: preocupação, nos gramáticos, da semelhança da gramática latina com a portuguesa... e sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana, sua concorrente temível.” (GNERRE, 1994, p. 15).

Sabe-se que mesmo no período em que o latim vulgar deixou de ser falado pelo povo e transformou-se nas línguas neolatinas, o latim clássico ou literário continuou a ser empregado durante séculos nos países europeus como língua de diálogo científico, sendo usado nas universidades, na publicação de livros, nas formas de comunicação oral e nas aulas e conferências.

2.2.1. A diacronia dos sufixos -ismo e -(i)dade

As gramáticas normativas não indicam quando o sufixo –ismo foi adotado na língua portuguesa, essas, apenas definem o sufixo –ismo ou –ismós como de origem grega. Contudo, segundo Gianastacio (2009), na língua grega era utilizado o sufixo –mós, e não o próprio –ismo ou –ismós e isso pode ser justificado pelo fato de que a língua latina recebeu esse sufixo do grego, mas não adotou as regras que regiam o uso dele no grego. Quanto à produtividade do sufixo –ismo na língua latina:

Na língua grega, esse sufixo formava substantivos deverbais de ação que, na história dos povos, passou para a língua latina

em forma de *-ismus*. Nesta, encontraram-se vocábulos com a terminação em *-ismus*, mas não foi encontrado esse sufixo nas gramáticas de língua latina, como elemento produtivo. (GIANASTACIO, 2009, p.44)

Percebe-se, então, que o sufixo *-ismo*, com sua origem na língua grega, resistiu às traduções dos textos gregos para o latim, mesmo quando este entrou em contato com outras línguas e foi transformado em línguas românicas. Embora, esse sufixo não tenha sido produtivo no latim clássico, apresentou grande expansão no latim vulgar. No português do Brasil é especialmente relevante e produtivo como caracterizador de ideologias, doutrinas:

-ISM (o). Lat. Vulgar *-ism* (u-), por empréstimo ao grego, com grande extensão no latim do Cristianismo. A aplicação essencial desse sufixo foi, e continua a ser, a expressão de uma “profissão de fé” na base de um dado adjetivo, como cristianismo (de *cristianu-*, a que corresponde em português moderno uma nova formação *cristão*, derivada de Cristo com o sufixo *-ao*, de forma popular), ou de adjetivos, de origem grega, em *-icu-*, port. *-ic* (o). que perdem o sufixo na adição de *-ismo* (cf. simbolismo, de simbólico). A produtividade do sufixo se revela, no português do Brasil, na caracterização de ideologias políticas por derivação da sigla de um dado partido (pessedismo, de PSD “partido social democrático”, etc.), bem como, de maneira ampla, na derivação de um nome próprio (de filósofo, político, artista, etc.) tomado como qualificativo das idéias que ele representa (comtismo, de Augusto Comte; Mallarmismo, de Stéphane Mallarmé; Miguelismo de D. Miguel, rei de Portugal). (CÂMARA Jr., 1985 p. 222)

Com origem no latim clássico, o sufixo *-dade* é usualmente recomendado para bases eruditas ou para as semi-eruditas como resultado de modificações. O *-(i)dade*, segundo Lisângela Simões (2009), não era produtivo no uso da língua vulgar:

Maurer Jr. (1951: 154) diz que o sufixo *-(i) dade* da língua portuguesa procede diretamente do latim clássico *-(i)tas*, sufixo antigo empregado com grande uso e número de ocorrência (falsitas > falsidade; nativitas > natividade; trinitas > trindade; deitas > deidade). (Maurer Jr., 1951 apud, Simões, 2009, p. 93)

Deste modo, devemos considerar que embora haja muitas contribuições lexicais do latim vulgar que na língua portuguesa, alguns componentes são de procedência culta, resgatados diretamente do latim literário, em razão do

renascimento. Estas dificuldades de definição da produtividade desse sufixo no latim vulgar e no clássico nos leva a observar a seguinte definição:

-DAD (e). Lat. –tat (e-) que teve grande extensão em latim vulgar. Nos adjetivos de tema em –o, a vogal do tema se reduz a –i-, como vogal de ligação entre o radical e o sufixo (cf. amenidade, de ameno); e, como essa morfofonêmica já funcionava em latim, a vogal de ligação pode aparecer em substantivos correspondentes a adjetivos portugueses terminados em –l, que em latim tinham a vogal –e explícita no tema e então reduzida a –i (cf. facilidade, em face de fácil; mas, ao contrário, crueldade, de cruel, lealdade, de leal). Nos adjetivos terminados em –io, a vogal de ligação é –e- em contraste com o i-i precedente (seriedade, de sério, sobriedade, de sóbrio). (CÂMARA JUNIOR, 1985 p. 221)

Aparentemente, o confronto das afirmações feitas em Câmara e Simões, a respeito da ocorrência do sufixo -(i)dade no latim clássico e no vulgar, soam como uma controvérsia, já que para aquele, teve grande extensão em latim vulgar e para aquela, não era produtivo. Mas isso ocorre porque, no latim clássico, o sufixo -(i)dade fazia parte da composição das palavras da 3ª declinação, no acusativo e, na passagem para o latim vulgar, o falante passou a usá-lo nas palavras da 1ª e da 2ª declinação como se elas pertencessem à 3ª, e, assim conferiram a ele caráter de sufixo. Ex.: Bonus – Bontate – Bondade e Malus – Maltate - Maldade. Sabe-se que na transição do latim para o português, as vogais postônicas mediais sofreram síncope, como é possível observar na palavra verdade: ver(i)tate > verdade – o i medial desapareceu. No latim vulgar, havia uma disposição para neutralizar as declinações, que, de cinco no latim clássico, passaram a três no latim vulgar. Esse fenômeno foi se acentuando até o total desaparecimento das declinações, nas línguas românicas. Assim, as línguas românicas recebem do latim medieval a abundância de formações novas com este sufixo, como, por exemplo, “(francês spécificité (1834) e português especificidade (1839))” (MAURER Jr. 1951, apud, Simões, 2009, p.94). Desse modo, verificamos que o sufixo é românico, especialmente frequente na língua culta.

2.3. Os sufixos nas gramáticas normativas

Na tentativa de justificar o significado das palavras, as gramáticas normativas se restringem à análise dos termos lexicais constituídos, registrando processos, sem abarcar a formação, em si, do modo como as palavras foram constituídas. Entretanto, mesmo com as incompletudes da análise normativista, segundo Basílio (1987), a abordagem das gramáticas normativas são importantes contribuições para o estudo dos processos lexicais. Dessa forma, seguem as descrições dos sufixos –ismo e –(i)dade com base em algumas gramáticas normativas.

Na gramática história de Said Ali, devemos levar em consideração a produtividade conferida aos sufixos –dade/-ismo, uma vez que não se difere, em conceitos, dos inscritos nas demais gramáticas normativas. Segundo Said Ali (1964), os sufixos –ismo e –dade se enquadram no grupo de sufixos que formam vocábulos novos e denotam outros conceitos diferentes. O –dade forma substantivo de adjetivo e, é “[...] produtivo sobretudo para adjetivos terminados em L (tema latino em –LI): liberalidade, legalidade, etc.” Já o –ismo forma substantivo de substantivo e adjetivos e, é considerado um sufixo de grande produtividade:

-ISMO: Sufixo de origem grega, de inexarível produtividade na linguagem hodierna, servindo principalmente para denotar:

a) doutrinas religiosas, filosóficas, políticas, artísticas: maometismo, calvinismo, bramanismo, materialismo, espiritismo, socialismo...

b) a maneira de proceder ou de pensar de acôrdo com o procedimento ou a doutrina de certo gênero de indivíduos: heroísmo, pedantismo, patriotismo, servilismo, etc.

c) a maneira de falar ou própria de certas pessoas, ou imitante a língua estrangeira ou discordante do falar usual: vulgazarismo, latinismo, galicismo, arcaísmo, neologismo, solecismo, barbarismo.

Usa-se também na terminologia científica: magnetismo, galvanismo, timpanismo, reumatismo, traumatismo, etc. (ALI, 1964, p. 111)

Para Cegalla (1976), ambos os sufixos são considerados nominais de múltiplas significações e formadores de substantivos. Já para Celso Cunha (1985), enquanto as desinências caracterizam apenas o gênero, o número ou a pessoa da palavra, sem lhe alterar o sentido lexical ou a classe, os sufixos transformam substancialmente o radical a que se juntam.

Como pode-se observar, nas explanações gramaticais a respeito dos sufixos –ismo e –dade, são destacadas a mudança de classe e alteração do significado da base a que se agregam. Embora os gramáticos concordem que isoladamente os

sufixos são insignificativos, não podemos desconsiderar que a semântica atribuída ao sufixo é que irá alterar o produto final, resultante da junção do sufixo à palavra base. E na afirmação, de que os prefixos têm significado mais preciso que os sufixos, pelo fato de que, em alguns casos, são vocábulos autônomos, a abordagem da derivação sufixal dos referidos sufixos nas gramáticas normativas demonstram que esses sufixos, embora tenham autonomia como os prefixos, podem ser significativos, já que não apenas podem mudar a categoria gramatical, como também acrescentar significação à palavra base.

Ao correlacionarmos os estudos normativos acima apresentados, ao linguístico abordado em Rocha (1998), percebemos que o sufixo -(i)dade, embora, mude a categoria da palavra, não acrescenta significação ao sentido básico da palavra base, exemplo disso, é a palavra bom (adjetivo), que com a junção do sufixo passa a ser - bondade (substantivo abstrato), que apesar de ter mudado a classe de palavra não deixou de conotar uma característica do ser. Já o -ismo, além de alterar a classe da palavra base é capaz de acrescentar sentido a essa, como exemplo tomamos a palavra social (adjetivo), que com o acréscimo do -ismo passa a socialismo, assim, enquanto social se refere a características da convivência em sociedade, o socialismo é uma doutrina de base política.

3. O SUJEITO E O SIGNO

Os normativistas analisam vários aspectos lexicais, todavia, pouco aprofundados, já os linguistas, de forma geral, buscam privilegiar os aspectos estruturais, funcionais e semânticos, que por ventura não tenham sido abarcados no estudo normativo. No entanto, encontram-se lacunas na abordagem da formação de palavras, e o problema está em desconsiderar, ou não tornar central, a posição de proeminência do indivíduo enquanto sujeito ativo frente à constituição do signo, já que é este quem cria, aprimora, modifica e confere, mesmo que embasado em sentidos básicos, significação aos vocábulos. Para Bakhtin (1997), no que se refere à configuração da língua, as transformações históricas são explicadas pelas ações de fala, centradas no indivíduo-sujeito; já para o sistema de signos, essas mudanças não têm razão de ser, pois não possuem sentido e não há relação estabelecida, segundo o sistema, entre essas mudanças e o signo:

Ao espírito orientado para a matemática, dos racionalistas, o que interessa não é a relação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação de signo para signo no interior de um sistema fechado, e não obstante aceito e integrado. Em outras palavras, só lhes interessa a lógica interna do próprio sistema de signos; este é considerado, assim como na lógica, independente por completo das significações ideológicas que a eles se ligam. Os racionalistas também se inclinam a levar em conta o ponto de vista do receptor, mas nunca o do locutor enquanto sujeito que exprime sua vida interior, já que o signo matemático é menos passível do que qualquer outro ser interpretado como a expressão do psiquismo individual; ora, o signo matemático era, para os racionalistas, o signo por excelência, o modelo semiótico, inclusive para a língua. (BAKHTIN, 1997, p. 83)

Assim, do ponto de vista desse sistema fechado, o sujeito assume uma posição de aparente passividade frente ao processo de instauração e transformação da língua e, isso em parte se dar pelo fato dessa ser vista como um sistema estável e imutável. Segundo Orlandi (2001, p. 100), “Não há nem sentido, nem sujeito se não houver assujeitamento à língua”. Dessa forma, percebemos que o sujeito, por muitas vezes, assume o papel de apenas disseminador da língua, se nos pautarmos nos princípios desse sistema fechado, de forma que, assim, o sujeito está

condicionado à língua. Seria o que Bakhtin (1997, p.88) denomina de uma anulação do livre arbítrio dos indivíduos locutores. Neste sentido, devemos considerar que o sujeito dito especializado, como os escritores, gramáticos, dicionaristas, jornalistas, etc., que se apropriam e difundem valores, percepções individuais e ideologias, quase que despidos de imparcialidade e, assim, distribuem esse conhecimento para o sujeito social e conferem a esse destaque de disseminador de um produto, aparentemente, pronto. Contudo, o advento das redes sociais e a rápida propagação do conhecimento, o sujeito dito social, que até então era visto como apenas reprodutor de palavras e discursos, passa a assumir um papel de comando, embora não reconhecidamente, frente à criação de novas palavras e a mudança de significação dos vocábulos e dos discursos, haja vista a facilidade de exposição e apreciação dos processos de interação social nestes meios de comunicação. A dificuldade de reconhecimento desse sujeito, enquanto agente modificador da língua, de certa forma, está ligado aos mitos de origem que circundam as línguas grega e latina, como ressalta Gnerre:

O pensamento linguístico grego apontou o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade linguística de prestígio. Desde o “legislador” platônico que impõe e escolhe os nomes apropriados dos objetos, até chegar à tradição gramatical divulgada, estruturada talvez na época alexandrina, a elaboração da ideologia e da reflexão relativas à linguagem foi constante. [...] Tal visão estava ainda longe do processo de elaboração nos moldes conceituais dentro dos quais foi colocada a língua grega na idade alexandrina, e mais tarde a língua latina. Era inspirada porém pela atitude de total confiança no valor da língua ática, que merecia mitos de origem e especulação lógico-filosófica. (GNERRE, 1994, p. 12)

De nenhuma maneira, pretendemos desconsiderar a importância dos estudos linguísticos, contudo, desejamos dar destaque ao sujeito, enquanto principal e mais interessado agente modificador da língua, e afirmar a importância de atrelá-lo aos estudos já realizados em torno do signo. Bakhtin (1997) critica as correntes linguísticas mais destacadas por estas não atribuírem um caráter mais social à linguagem. Para o autor, os signos são mutáveis, uma vez que a sua existência está condicionada a um fazer social que não é constante ou imutável, mas trata-se de um processo contínuo do qual toda a sociedade participa. Sendo assim, a língua está em processo constante de transformação, do mesmo modo que o sujeito e, por

consequente, a sociedade. Deve-se considerar nesse processo de constituição do signo e influência da interação social que:

Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A Consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. (BAKHTIN, 1997, p.34)

A palavra e a língua como um todo é reflexo concreto de uma autoridade e um poder que o sujeito, por meio da interação social, tem de expressar, de expor e impor conceitos, ideologias e imprimir características de um tempo, de uma conjuntura, e por tal razão, é totalmente mutável. “O poder da palavra é enorme, especialmente o poder de algumas palavras [...]”. (GNERRE, 1994, p. 20). Sobretudo, com relação à sua carga semântica, a ideologia impregnada, que por vezes, nos remete a questões sociais, históricas e filosóficas. Neste sentido, segundo Bakhtin (1997), um signo não existe como parte exclusiva de uma determinada realidade, mas ele também reflete outra:

É preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. (BAKHTIN, 1997, p.37).

Assim sendo, ao abordarmos a formação de palavras, apenas embasados nas teorias linguísticas, somos tendenciosos a tratar a língua de forma mecanicista, já que as abordagens linguísticas, muitas vezes, descrevem a língua dissociada do sujeito. Ao voltarmos a atenção para o sujeito, o estudo requererá, ao mesmo tempo, a abordagem de aspectos linguísticos, sociais, históricos, ideológicos, filosóficos, etc., o que pode justificar o desinteresse neste tipo de abordagem, além de poder assumir um caráter mais filosófico que linguístico.

3.1. Preconceito institucionalizado

Segundo Orlandi (2007), em sociedades como a nossa sempre há momentos de censura em que as palavras são reguladas, de forma que os sentidos são sempre geridos pelas relações de poder institucionalizado. Isto é, sempre houve indivíduos desejosos e capazes de definir e questionar períodos históricos de opressão, como foi a ditadura, por exemplo, mas nem sempre foi permitido, assim o fazer. De forma que, os termos definidores desses períodos surgem como retrato do que foi, embora possa ainda ser, mesmo que de forma mascarada.

Analisemos a significação do termo racismo, que segundo o Houaiss, refere-se a uma discriminação baseada na suposta inferioridade de raças, estando o entendimento de raça ligado aos traços físicos hereditários ou as semelhanças socioculturais. Assim o sufixo -ismo acrescentou a palavra base, raça, uma idéia doutrinar, com fundamentos que buscavam justificar essa idéia de inferioridade de raça. No Brasil, geralmente, o racismo está associado à cor da pele, mais especificadamente, a negra, desse modo, as características físicas se tornam o subterfúgio da segregação dessa raça. Quanto à produção de significado, Orlandi afirma que:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua - com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. (ORLANDI, 2007, p. 47)

Com base nessa relação história e sentido apresentada por Orlandi, percebe-se que a conotação destinada ao termo racismo também pode nos remeter a outro período histórico que dispôs de grande articulação de raça e poder fundamentalistas, como foi o nazismo na Segunda Guerra Mundial, que cominou na perseguição e morte de milhares de pessoas. Nesse sentido, podemos dizer que a afirmação da supremacia de uma raça em detrimento de tantas outras, como foi no nazismo, não está apenas atrelada ao aspecto doutrinário que propiciou formar seguidores ou partidários das suas teorias, mas também nos conduz ao estado patológico do ser, já que as razões e relações de poder transpuseram o direito à vida.

Há que considerar que o sujeito tem certa autonomia no uso da língua, para administrar sentidos e empregá-los em diversas situações comunicativas, como mecanismo de persuasão. Segundo Bakhtin, “a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc.” (1997, p. 41). Portanto, ao contrário do que muitos possam imaginar, uma pessoa sem muita instrução acadêmica, mesmo que não compreenda dessa forma, emprega esses recursos linguísticos, ora como forma de sociabilidade, ora como instrumento de convencimento. Assim, a palavra tem o poder de “mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico”. (BOURDIEU, 1977, apud, GNERRE, 1994, p. 5). Desse modo, o termo, por favor, habitualmente usado em situações corriqueiras, pode soar como um ato de educação, ou como uma forma polida de dar ordens:

- a) Com licença, por favor! / Por favor, passe o sal!
- b) Por favor, me ajude! / Por favor, me perdoe!

Entretanto, devemos conscientizar-nos de que a liberdade do uso da língua está condicionada à não entrada do sujeito em campos do conhecimento “restritos”. Segundo Gnerre (1994, p. 21), nas sociedades complexas como a nossa, é necessário um aparato de conhecimentos sociopolíticos relativamente amplos para poder ter um acesso qualquer à compreensão e, principalmente, à produção das mensagens de nível sócio-político. Adquirir os conhecimentos relevantes e produzir mensagens está ligado, em primeiro lugar, à competência nos códigos linguísticos de nível alto, uma vez, saber-se que a língua também pode ser um elemento de identificação socioeconômica e cultural do indivíduo, já que a apresentação da norma e variação culta são marcas de instrução e conhecimento e, por tal razão, garantia de poder, domínio e/ou prestígio:

[...] não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. (ORLANDI, 2007, p. 9).

Desse modo, fazemos parte de uma sociedade que entende a discriminação como “[...] mecanismos de controle, dominação e marginalização.” (BAGNO, 1999,

p. 140). Neste sentido, os rótulos ou estigmas sociais podem ser empregados para indicar, ou mesmo sugerir, a divisão e inferioridade de determinados grupos, com o intuito de difundir preconceitos que não apenas são usados para oprimir, mas que, à medida que se mostram favoráveis, passa a ser mecanismo de controle, algumas vezes, subentendido pela demasiada ocorrência, como é a exploração da pobreza para atender a interesses políticos e econômicos.

4. ANÁLISE SEMÂNTICA DO PRODUTO

A análise dos vocábulos, produtos da junção dos sufixos –ismo e –(i)dade à palavras base, será feita a partir da comparação dos termos em dois dicionários produzidos em conjunturas distintas, Pinto (1832) e Ferreira (2009). Como já vimos no capítulo I, os sufixos, ao se acoplarem à palavra base podem mudar a classe de palavras do produto ou mantê-lo na mesma classe da palavra base, este fato está ligado também à produtividade do sufixo. Segundo Rocha (1998, p.114), os sufixos são categoriais, se mudarem a categoria lexical do produto com relação à base, mas só serão significativos se acrescentarem significação à base. Desse modo, fizemos uma tabela baseada em Rocha (1998) com os vocábulos que iremos analisar:

Item lexical	Base	Categorização da base	Tipos de base	Sufixo	Categorização do produto
1. Histerismo	Histeria	Substantivo	Livre	-ismo	S --> S ismo Histeria/ histerismo
2. Homossexualidade	Homossexual	Adjetivo	Livre	-(i)dade	A --> S idade Homossexual / homossexualidade
Homossexualismo	Homossexual	Adjetivo	Livre	-ismo	A --> S ismo Homossexual / homossexualismo
3. Prosperidade	Próspero	Adjetivo	Livre	-(i)dade	A --> S idade Próspero/ prosperidade

4. Legalidade	Legal	Adjetivo	Livre	-(i)dade	A --> S idade Legal/legalidade
Legalismo	Legal	Adjetivo	Livre	-ismo	A --> S imo Legal/legalismo
5. Liberalidade	Liberal	Adjetivo	Livre	-(i)dade	A --> S idade Liberal/liberalidade
Liberalismo	Liberal	Adjetivo	Livre	-ismo	A --> S ismo Liberal/liberalismo
6. Materialidade	Material	Adjetivo	Livre	-(i)dade	A --> S idade Matéria/materialidade
Materialismo	Material	Adjetivo	Livre	-ismo	A --> S ismo Matéria/materialismo
7. Moralidade	Moral	Adjetivo	Livre	-(i)dade	A --> S idade Moral/moralidade

Esta análise semântica dos produtos nos leva a reconhecer a interferência do indivíduo-sujeito, bem dizer, “coletivizado”, enquanto integrante da sociedade, na constituição dos termos. Dessa forma, as mudanças e/ou acréscimos à significação dos vocábulos são respostas às alterações que partem de uma interação e reivindicação do sujeito, sempre que a semântica atribuída a determinado vocábulo não supre sua necessidade comunicativa e representativa, se apreciarmos a língua como uma representação material do sujeito, como sugere Bakhtin. Desse modo, ao considerarmos que a análise também será feita a partir de um dicionário produzido em 1832, destaca-se o surgimento de novas doutrinas, como respostas as

transformações decorrentes dos movimentos sociais, mudanças no cenário político e econômico e na relação do indivíduo com a religião e com a ciência. Sendo assim, segue a análise semântico-comparativa dos vocábulos:

1. De acordo com Pinto (1832), o termo *histerismo* refere-se a uma doença particular das mulheres, já em Ferreira (2009) se perde essa especificação do sexo a quem a doença acomete. Este fato, provavelmente, é resultado dos avanços nos estudos da medicina, que demonstraram que o *histerismo* pode acometer tanto a homens, quanto a mulheres. Cabe-nos aqui um questionamento, se o termo perdeu a especificação do gênero, por qual razão ainda não surgiu o termo *histeridade*? Já que vocábulo *histeridade*, ao contrário de *histerismo*, nos indica a neutralidade do termo, sendo o sufixo –(i)dade um indicador de uma condição do ser, como é a irritabilidade, um dos sentidos atribuídos ao termo *histerismo*, e não apenas estado patológico do ser como sugere o sufixo –ismo. Assim, segundo as RFP's, não há qualquer tipo de restrição à criação desse termo e nada impede que ele, sufixo, seja acionado a qualquer momento pelo falante.

Hysterismo. S. m. Doença particular das mulheres, que tem sua causa na disposição da matriz. (PINTO, 1832)

Histerismo. [De histeria + -ismo.] S. m. 1. Med. Forma frustra de histeria. 2. Irritabilidade ou nervosismo excessivo. (FERREIRA, 2009)

2. Segundo Sousa (2007), o termo *homossexual* surgiu pela primeira vez no século XIX e tratava-se de um vocábulo rigorosamente científico. A mudança do uso do termo *homossexualismo* para *homossexualidade* justifica-se pelo entendimento de que o sufixo –ismo estava conferindo ao vocábulo um caráter de estado patológico, um distúrbio de personalidade, enquanto que o -(i)dade torna o termo neutro, despido de preconceitos. Ainda de acordo com Sousa (2007), atualmente, há uma discussão na psicologia, sociologia e antropologia em torno das palavras *homossexualismo* e *homossexualidade* e suas conotações. Tais áreas do conhecimento afirmam que os termos são

inapropriados, pois ao empregá-los corre-se o risco de pensar como no século XIX, período em que foram constituídos. Podemos então observar que a significação conferida aos termos homossexualismo e homossexualidade não definem o indivíduo homossexual na configuração histórica atual; aquele porque manifesta um sentido doutrinário; e este, embora seja de caráter neutro, é refutado, pela associação restrita ao sexo. Esta necessidade de criar outro termo para definir o relacionamento homossexual está ligada ao contexto histórico, e se pensarmos que um relacionamento heterossexual sempre foi tido por natural, nunca houve a necessidade de redefini-lo; contudo, o estigma sobre a relação homossexual, fez com que surgisse a necessidade de reafirmação, também, dos aspectos afetivos desses relacionamentos. Assim, surgiu o termo homoafetividade, que também faz uso do sufixo -(i)dade por sua neutralidade e característica de condição do ser.

Homossexual (cs). [De hom (o) - + sexual] Adj. 2g. 1. Relativo à afinidade, atração e/ ou comportamento sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. 2. Que tem essa afinidade e esse comportamento. S. 2g. 3. Pessoa homossexual (2) [Antôn.: heterossexual.]

Homossexualidade (cs). [De homossexual+ -(i)dade.] S. f. Caráter de homossexual; homossexualismo, inversão. [Antôn.: heterossexualidade.]

Homossexualismo (cs). [De homossexual + -ismo.] S. m. 1. Prática do comportamento homossexual. 2. V. homossexualidade. (FERREIRA, 2009)

3. Prosperidade em Pinto (1832) é definida como estado feliz; em Ferreira (2009), qualidade ou estado de próspero. Contudo, atualmente o termo prosperidade nos remete de forma imediata à abundância financeira, mas antes estava de forma mais generalizada ligada ao estado de espírito, à felicidade, que podia estar ou não atrelada à conquista de bens materiais. Percebe-se que mesmo o advento do tempo não formou o termo prosperismo, embora fosse possível, o que também está relacionado ao fato de que prosperidade não ganhou, ou não assumiu um caráter doutrinário, permanecendo, até então, como uma simples condição do indivíduo.

Prosperidade. S. f. Estado feliz.

Prospero. Adj. Feliz.

Feliz. Adj. Que logra os bens desejados. Prospero. (PINTO, 1832)

Prosperidade. [Do lat. prosperitate.] S. f. 1. Qualidade ou estado de próspero. 2. Situação próspera.

Próspero. Propício, favorável, ditoso, feliz, venturoso. (FERREIRA, 2009)

4. O termo legalidade segundo Pinto (1832) e Ferreira (2009), tem como significação comum, a conformidade com a lei, qualidade e estado de legal, no entanto, surge em Ferreira (2009) à constituição de um sistema ou grupo favorável à lei e o advento de uma doutrina com a apresentação e respaldo da palavra legalismo.

Legalidade. S. f. Qualidade da legal conformidade com a lei. Requisito, e solenidade prescripta pela lei. (PINTO, 1832)

Legalidade. [Do lat. Med. Legality.] S.f. 1. Qualidade ou estado de legal; conformidade com a lei; legitimidade. 2. P. ext. V. juridicidade (2). 3. Sistema, partido ou grupo dos que estão com a lei, dos legalistas.

Legalismo. [De legal + -ismo; fr. légalisme.] S. m. Caráter de doutrina que, em quaisquer circunstâncias, prescreve a estrita obediência à lei, às normas e o respeito às instituições. (FERREIRA, 2009)

5. De acordo com Pinto (1832), o termo liberalidade indica qualidade referente ao liberal e o liberal, por sua vez, nos leva ao largo em dar e gastar. Já em Ferreira (2009), é acrescido o sentido de oferecer a outra pessoa vantagens, bens e direitos, além de encontrarmos, enquanto doutrina, o vocábulo liberalismo, como marca de uma nova conjuntura, de reivindicações acerca da liberdade individual política, econômica, religiosa e intelectual. Como se pode observar abaixo:

Liberalidade. S. f. Qualidade de liberal.

Liberal. adj. Largo em dar e gastar. (PINTO, 1832)

Liberalidade. [Do lat. Liberalitate.] S.f. 1. Qualidade ou condição de liberal (1); liberalismo. 2. Donativo feito por individuo liberal, generoso. 3. Ato pelo qual se conferem gratuitamente a outrem vantagens, bens e direitos.

Liberalismo. [De liberal + -ismo] S.m. 1. O conjunto de ideias e doutrinas que visam a assegurar a liberdade individual no campo da política, da moral, da religião, etc., dentro da sociedade. 2. Qualidade

de liberal (5 e 6). 3. Liberalidade (1). Liberalismo econômico. Econ. Doutrina que enfatiza a iniciativa individual, a concorrência entre agentes econômicos, e a ausência de interferência governamental, como princípios de organização econômica. Liberalismo político. Doutrina que visa a estabelecer a liberdade política do indivíduo em relação ao Estado e preconiza oportunidades iguais para todos. (FERREIRA, 2009)

6. Ao compararmos o vocábulo materialidade em Pinto (1832) e em Ferreira (2009), observou-se que neste, ao contrário daquele, além das significações semelhantes, é agregado o conceito de crime ou contravenção. Neste caso encontramos em ambos o termo materialismo, mas a diferença está no fato de que, em Pinto, a significação se restringe a um sistema que só considera a matéria no Universo em detrimento de qualquer aspecto espiritual, enquanto em Ferreira, o vocábulo ganha como característica principal a supremacia dos bens materiais.

Materialidade. S. f. Qualidade de material. Fig. Ignorância. Erro.

Material. Adj. De matéria. Corpóreo. Fig. Grosseiro de entendimento, rude.

Materialismo. S. m. Systema dos que só admitem matéria no Universo, e nenhum ser espiritual. (PINTO, 1832)

Materialidade. [De material + -(i)dade.] S.f. 1. Qualidade do que é material. 2. Sentimentos vis, baixos, vulgares, bruteza, estupidez. 3. Ausência de sensibilidade, de finura, de compreensão. 4. Jur. O conjunto de elementos objetivos que materializam ou caracterizam um crime ou contravenção, um ilícito penal.

Materialismo. [De material + -ismo.] S. m. 1. Vida voltada unicamente para os gozos e bens materiais. 2. Filos. Tendência, atitude ou doutrina que admite, ou que a matéria, concebida segundo o desenvolvimento paralelo das ciências, ou que as chamadas condições concretas materiais, são suficientes para explicar todos os fenômenos que se apresentem à investigação, inclusive os fenômenos mentais, sociais ou históricos. Ex. Materialismo dialético. Materialismo histórico (Doutrinas do marxismo) e materialismo mecanicista (filosofia). (FERREIRA, 2009)

7. Para Pinto (1832), o termo moralidade está relacionado ao aspecto e condição moral que se aplica a algum pensamento, neste sentido nos remete à moral, que segundo o mesmo autor, é uma ciência reguladora de costumes conforme a virtude. Para Ferreira (2009), moralidade passa a ser vista como

doutrina ou reflexão moral; este também apresenta o termo moralismo que surge como uma tendência a priorizar de modo exagerado a consideração dos aspectos morais quanto aos atos humanos.

Moralidade. S. f. Documento a respeito dos costumes. Sentido moral que se aplica a algum pensamento, etc.

Moral. Adj. Que respeita aos costumes. *Moral* como Sciencia de regular os costumes conforme a virtude. (PINTO, 1832)

Moralidade. [Do lat. moralitate.] S. f. 1. Qualidade do que é moral. 2. Doutrina ou reflexão moral. 3. Conceito ou intuito moral de certas fábulas ou narrativas, e, p. ext., de uma história ou narração qualquer. 4. P. ext. significação moral. 5. Teatr. Gênero dramático semirreligioso dos fins da Idade Média, que se desenvolveu em seguida aos mistérios e milagres, e caracterizado por maiores qualidades de abstração e de elaboração de caracteres, tais como a verdade, a Avareza, a Cupidez, a Força, a Prudência, etc., vícios e virtudes em luta pela posse da alma humana. [C.f., nesta acepç., auto (3).]

Moralismo. [De moral + -ismo] S. m. Ét. Tendência a priorizar de modo exagerado a consideração dos aspectos morais na apreciação dos atos humanos. [Cf. muralismo.] (Ferreira, 2009)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produtividade dos sufixos está ligada ao fato de que algumas palavras derivadas ganham destaque por sua semântica e adequação nos atos comunicativos e passam a servir de modelo para a estruturação de novas palavras, fornecendo no seu elemento final um meio permanente na língua para novas derivações. Assim sendo, o processo histórico de constituição dos sufixos *-ismo* e *-(i)dade* é relevante na discussão dos critérios semânticos e produtivos que os circundam, considerando que o *-(i)dade* transformou-se em sufixo nas línguas românicas com produtividade na língua culta, uma vez que tem sua origem no latim clássico como componente de palavras da 3ª declinação no acusativo, e, não como sufixo como poderíamos supor, passando a ser usado nas palavras da 1ª e da 2ª declinação como se pertencessem à 3ª, conferindo a ele caráter de sufixo.

Já o sufixo *-ismo* era utilizado na língua grega como *-mós* e a língua latina recebeu esse sufixo do grego, mas não adotou as regras que regiam o uso dele no grego. Percebe-se, então, que o sufixo *-ismo*, com sua origem na língua grega, resistiu às traduções dos textos gregos para o latim, mesmo quando este entrou em contato com outras línguas e foi transformado em línguas românicas. Assim, os sufixos *-ismo* e *-(i)dade* se afirmam como elementos produtivos no português, especialmente, pela carga semântica conferida àquele, e à neutralidade e generalidade conferida a este último. Assim, o *-(i)dade* é formador de substantivos abstratos, derivados de adjetivos e com a característica de neutralizar o termo a que se agrega, ao contrário do *-ismo*, que é termo “partidário”, com aspectos ideológicos bem marcados, com a formação de palavras que podem indicar doutrina, sistema, teoria e patologia, e o aspecto categorial de formar substantivo de substantivo e de adjetivo. E por tais razões, a produtividade dos referidos sufixos torna o seu estudo significativo no processo de formação de palavras e, sobretudo, com relação à palavra-produto oriunda da sua acoplagem à base.

Na análise semântica, a palavra base, *homossexual*, expressa sentido doutrinário com a junção ao sufixo *-ismo* e passa a ser uma condição do ser; em *homossexualidade*, com a junção ao sufixo *-(i)dade*, contudo, já não se tem usado nem um dos dois termos, já que o estigma sobre a relação homossexual fez com

que surgisse a necessidade de reafirmação, também, dos aspectos afetivos desses relacionamentos. Assim, surgiu o termo homoafetividade, que também faz uso do sufixo –(i)dade, por sua neutralidade e característica de condição do ser. Destaca-se também o fato de que os termos prosperidade e histerismo não apresentam prosperismo, nem histeridade, embora não haja impedimentos no que se refere às RFP's.

Considerou-se que a formação lexical é reflexo concreto de comando e poder que o sujeito, por meio da interação social, tem de expor e impor conceitos, ideologias e imprimir características de uma conjuntura, e por tal razão, é totalmente mutável. Dessa forma, ao abordarmos a formação de palavras, apenas embasados nas teorias linguísticas, somos tendenciosos a tratar a língua de forma mecanicista, já que as abordagens linguísticas, muitas vezes, descrevem a língua dissociada do sujeito. Ao voltarmos a atenção para o sujeito, o estudo requererá, ao mesmo tempo, a abordagem de aspectos linguísticos, sociais, históricos, ideológicos, filosóficos, etc., o que pode justificar o desinteresse neste tipo de abordagem, além de poder assumir um caráter mais filosófico que linguístico.

Há que se considerar que o sujeito tem certa autonomia no uso da língua, para administrar sentidos e empregar esses sentidos em diversas situações comunicativas, como mecanismo de persuasão. Contudo, devemos conscientizar-nos de que a liberdade do uso da língua está condicionada à não entrada do sujeito em campos do conhecimento “restritos” pela imposição do poder constituído por sujeitos tidos por especializados, que irão disseminar ideologias e sentidos, com o intuito de usá-los como forma de controle e manutenção de domínio e poder.

REFERÊNCIAS:

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** 9 ed. São Paulo. Ed. Loyola, 1998.p.140.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem.** 8 ed. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1997.p. 36-88.

BASILIO, Margarida. **Teoria lexical.** 2. ed. São Paulo : Ática, 1987.p. 3-53.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. **História e estrutura da língua portuguesa.** 4ª ed., Rio de janeiro: Padrão, 1985. 214-221.

CEGALLA, Paschoal Domingos. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** Companhia Editora Nacional. São Paulo. 14.ª ed., 1976. p.61-62.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova fronteira. 2ª ed., 1985. p. 79-96.

GIANASTACIO, Vanderlei. **A presença do sufixo –ismo nas gramáticas da língua portuguesa e sua abrangência dos valores semânticos, a partir do Dicionário de Língua Portuguesa Antônio Houaiss.** p.30-44.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-30112009-151358/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.p. 5-21.

ILARI, Rodolfo. **Lingüística Românica.** São Paulo: Ática, 1992. 51-127.

NUNES, José Horta. **Dicionário no Brasil: análise histórica.** Campinas – SP, Pontes, 2006. p. 24.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto – Formulação e circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2001. p. 9

_____ **Análise de discurso.** Campinas: Pontes, 2007. p. 47-100.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português.** Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 100-157.

SAID ALI, Manoel. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa.** Editora Universidade de Brasília. 3ª edição. 1964. p. 111-112.

SIMÕES, Lisângela. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo – dade na língua portuguesa.** p. 93-94.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04022010-161225/pt-br.php>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

SOUSA, Luana Neres de. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. **Platão e Aristófanes: visões acerca da Pederastia em Atenas no período Clássico.**

Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0486.pdf>>
Acesso em: 5 set. 2012.